

A EDUCAÇÃO POPULAR NO CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO

ANA PAULA GRELLERT¹; NEIVA AFONSO OLIVEIRA²

¹Universidade Federal de Pelotas – paulinhagrellert@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – neivaafonsooliveira@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto da pesquisa em andamento enquanto aluna do curso de mestrado em educação da UFPEL e pretende destacar a educação popular como uma concepção de educação capaz de criar possibilidades de construção de conhecimento e protagonismo dos sujeitos que compõe o espaço escolar. A motivação para propor este estudo sobre os limites e possibilidades da educação popular na escola pública nasce de ações e reflexões realizadas na minha trajetória profissional e acadêmica. Esta caminhada me proporcionou uma série de reflexões que atualmente me desafiam a construir caminhos e encontrar possibilidades de ação junto à escola pública em que atuo como educadora e orientadora educacional no que se refere à concretização de práticas que valorizem o sujeito como sujeito histórico. Neste sentido busco na educação popular subsídios para o enfrentamento das questões que envolvem as práticas sociais e a construção de aprendizagens na escola que promovam a autonomia do sujeito. Neste sentido, busco com esta proposta de pesquisa a possibilidade de construção de alternativas que valorizem uma práxis pedagógica intencional, baseada na realidade concreta vivenciada pelos sujeitos e que devem se constituir como fundamento para a construção de um processo educativo na escola pública e que de fato responda aos interesses da classe trabalhadora. Ao elaborar esta proposta, busquei refletir acerca da educação tradicional burguesa – educação bancária – no qual o educando é visto como depósito de conteúdos e como contraponto a esta idéia, a alternativa de uma educação conscientizadora na qual os educandos trazem o seu contexto e tem a possibilidade de transformar a aprendizagem e o conhecimento em elementos importantes para a transformação de si mesmos e do mundo.

2. METODOLOGIA

A proposta deste estudo é estabelecer uma relação dialógica com os educadores e equipe diretiva da EMEF Senador Darcy Ribeiro, localizada no Capão do Leão/RS, a fim de apontar caminhos possíveis em direção a uma prática pedagógica transformadora na escola pública. Neste sentido, a escolha da metodologia de pesquisa torna-se fundamental, pois não pretendemos aqui criticar a escola, bem como os sujeitos que fazem parte deste contexto. Muito pelo contrário, a abordagem metodológica definirá o meio pelo qual poderemos desvelar as contradições existentes, mas, sobretudo apontar caminhos possíveis para superação destes. Num primeiro momento, realizamos uma pesquisa bibliográfica, buscando resgatar o conceito de educação popular historicamente. Posteriormente, será realizada a partir da investigação-ação a investigação sobre a proposta político pedagógica da escola, estimulando a aproximação entre pesquisador e pesquisado, por meio da colaboração no processo investigativo a ser desenvolvido com, para e pelos sujeitos que farão parte da pesquisa. Esta abordagem permitirá também que a pesquisa possa ser uma oportunidade de formação continuada dos sujeitos participantes, e assim constituindo-se como uma abordagem que permite a ação e

reflexão constante sobre os processos educativos. Em FREIRE (2006), encontramos alguns pressupostos da investigação-ação, a luz da Pedagogia do Oprimido:

A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se na práxis, com sua transformação: o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo permanente de libertação. (FREIRE, 2006, p.44)

Consideramos importante este encaminhando metodológico, pois acreditamos que esta abordagem permitirá avançarmos no debate acerca da educação popular na escola, à partir da problematização do processo de ensino, com respeito aos sujeitos envolvidos no processo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando que a pesquisa está em andamento, num primeiro momento nos dedicamos à pesquisa bibliográfica em que pretendemos fazer um resgate sobre o contexto histórico em que emerge a educação popular.

Segundo GADOTTI (1998) a educação popular nasceu na América Latina, a partir da luta de classes populares, tendo como principal referência Paulo Freire, com a construção de uma concepção libertadora da educação. Para este autor, a educação popular passou por vários momentos epistemológicos. Ele enfatiza três desses momentos: o primeiro, entre a década de 1950 e 1960, que foi marcada pela busca da conscientização; o segundo, nas décadas de 1970 e 1980, quando a defesa era pela escola pública popular e comunitária, mais focada na educação de adultos; o terceiro, a proposta da escola cidadã, baseada na autonomia do sujeito, na sua cidadania construída através da práxis, que tem sido fomentado nos últimos anos. No Brasil, a trajetória da educação popular percebe-se que na década de vinte já havia um movimento dos intelectuais brasileiros no sentido de compreender a educação popular como uma educação que fosse direito de todos, o que contribuiu para que a partir da década de 30, começasse efetivamente a se institucionalizar um sistema político de educação popular no país. Nesse período, o Brasil iniciava seu processo de industrialização e conseqüentemente o deslocamento das populações rurais para os centros urbanos. Era necessário educar a população para que primeiro, objetivando a mão de obra necessária ao projeto de desenvolvimento para o país e segundo, como forma de lutar contra as dissidências operárias e de chegar à pacificação social. Ainda GADOTTI (1998), aponta que nas décadas de 40 e 50, a educação popular era entendida como educação de adultos, uma educação para o povo, proposta e concebida como uma extensão do ensino elementar a uma população sem acesso a este ensino. Logo, uma sucessão de campanhas foram implementadas com o objetivo de acabar com o analfabetismo, que precisava ser erradicado. A partir disso, houve uma nova percepção da educação popular no Brasil, passando a ser concebida como uma educação de base ou comunitária, que tinha como base o pensamento de Paulo Freire e a concepção de educação conscientizadora. De outro lado, surgia o ensino profissionalizante, apoiado pela UNESCO com o objetivo de fomentar o ideal desenvolvimentista através da formação de mão de obra. Do final da década de 50 aos meados da década de 60, o país passou a viver um período de grande agitação política e social, com o populismo se colocando no centro do projeto político da época. Esse projeto

apresentava uma dicotomia estrutural pois ao mesmo tempo em que buscava e estimulava a participação popular, tinha esse povo apenas como base de sustentação nas relações eleitorais (ROMÃO, 2002).

Nesse contexto, surgiu, viabilizado pelo próprio Estado, o Movimento de Educação de Base (MEB), um programa governamental de alfabetização criado em 1961 pela CNBB – Confederação nacional dos Bispos do Brasil. Este foi um momento importante para a educação popular no Brasil. Mas os anos seguintes foram mais marcantes, pois nessa fase Freire transformou o caráter apenas alfabetizador e massificante da educação popular, incorporando às práticas pedagógicas vigentes a conscientização, a crítica como forma de conceber uma educação libertadora. É criado o Plano Nacional de Educação de Adultos, dirigido por Paulo Freire durante o governo do presidente João Goulart, a partir da qual foram desenvolvidas experiências importantes como a de Angicos, no Rio Grande do Norte (ROMÃO, 2002).

Com o Golpe Militar em 1964, os programas de alfabetização e educação popular que se ampliaram nos períodos anteriores passaram a ser vistos como ameaças à ordem. De acordo com VALE (2001):

Com o golpe militar de 1964, instala-se no país uma onda de terror. Educadores comprometidos com uma educação voltada para as camadas populares – uma educação conscientizadora – são fortemente perseguidos, cassados e exilados. As lideranças comunitárias são desarticuladas, as universidades sofrem intervenções militares, os estudantes são reprimidos, o pensamento educacional brasileiro é redimensionado pelos novos “filósofos” de farda que assumem a direção do país. (VALE 2001, p.32).

Foram permitidos apenas programas de alfabetização de adultos de caráter assistencialistas e conservadores. Em 1967, o governo militar assumiu ele mesmo o controle dessa atividade e criou o MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização, uma ação do regime militar no sentido de amenizar a ainda grave situação do analfabetismo no país e que ao mesmo tempo, por seu caráter meramente funcional, conservador e reprodutor, não trazia riscos de estimular focos de resistência política tão duramente combatidos. A década de 80 foi marcada por um viés de transição política, num processo de redemocratização do país. Neste período Freire retorna ao Brasil, após um exílio de 16 anos e em 1989, assume a Secretaria de Educação do município de São Paulo, no governo da prefeita Luiza Erundina (Partido dos Trabalhadores). Durante este período, Freire construiu o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA).

A partir de meados da década de 80, as concepções de educação popular passam a ser discutidas com outras denominações e expressões. Conforme GADOTTI (1998), reconfiguram-se em *Escola Pública Popular*, na perspectiva de diferenciar o popular do público, na tentativa de transformar a escola pública em escola pública popular através de suas práticas político-pedagógicas; a *Escola Pública Popular Autônoma*, que teria a possibilidade e a capacidade de se autogestionar; e a *Escola Cidadã* que propõe uma inovação quando busca unir as duas expressões anteriormente referidas, visando à participação popular na gestão e nas práticas escolares, sob a garantia e o custeio do poder público. Toda a América Latina na década de 90 passa por um momento de revisão de paradigmas no que tange a educação popular.

4. CONCLUSÕES

Evidentemente, reconhecemos ser esta uma proposta audaciosa dentro das condições reais que temos hoje, sobretudo do ponto de vista social e em consequência, educacional. Sabemos igualmente que é a partir das condições reais em que nos encontramos que poderemos trabalhar em prol de uma educação, de uma escola que sonhamos. De acordo com VALLE (2001), “a educação como toda prática social, está submetida a limites, e esses limites são de toda a ordem: são sociais, políticos, econômicos, ideológicos, enfim, são limites históricos. Entretanto, enquanto sujeitos históricos somos condicionados, mas não determinados, conforme alerta FREIRE (1997) “enquanto o ser que simplesmente vive não é capaz de refletir sobre si mesmo e saber-se vivendo no mundo, o sujeito existente reflete sobre sua vida, no domínio mesmo da existência e se pergunta em torno de suas relações com o mundo”. Logo, o sujeito deixa de estar no mundo enquanto ser passivo, acrítico, e passa a ser um agente histórico capaz de, estando com o mundo, recriá-lo ao mesmo tempo em que renascem conjuntamente. Acreditamos que este estudo possibilitou reafirmar o nosso compromisso com a educação dos trabalhadores e sobretudo com a educação pública de qualidade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GADOTTI M. **Escola Cidadã**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Para chegar lá juntos e em tempo: caminhos e significados da educação popular em diferentes contextos**. 21ª Reunião da ANPED. Caxambu, 1998.

NOGUEIRA, A. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

VALLE, A. M. **Educação popular na escola pública**. São Paulo: Cortez, 2001.

ROMÃO, J. E. **Pedagogia Dialógica**. São Paulo: Cortez, 2002.